

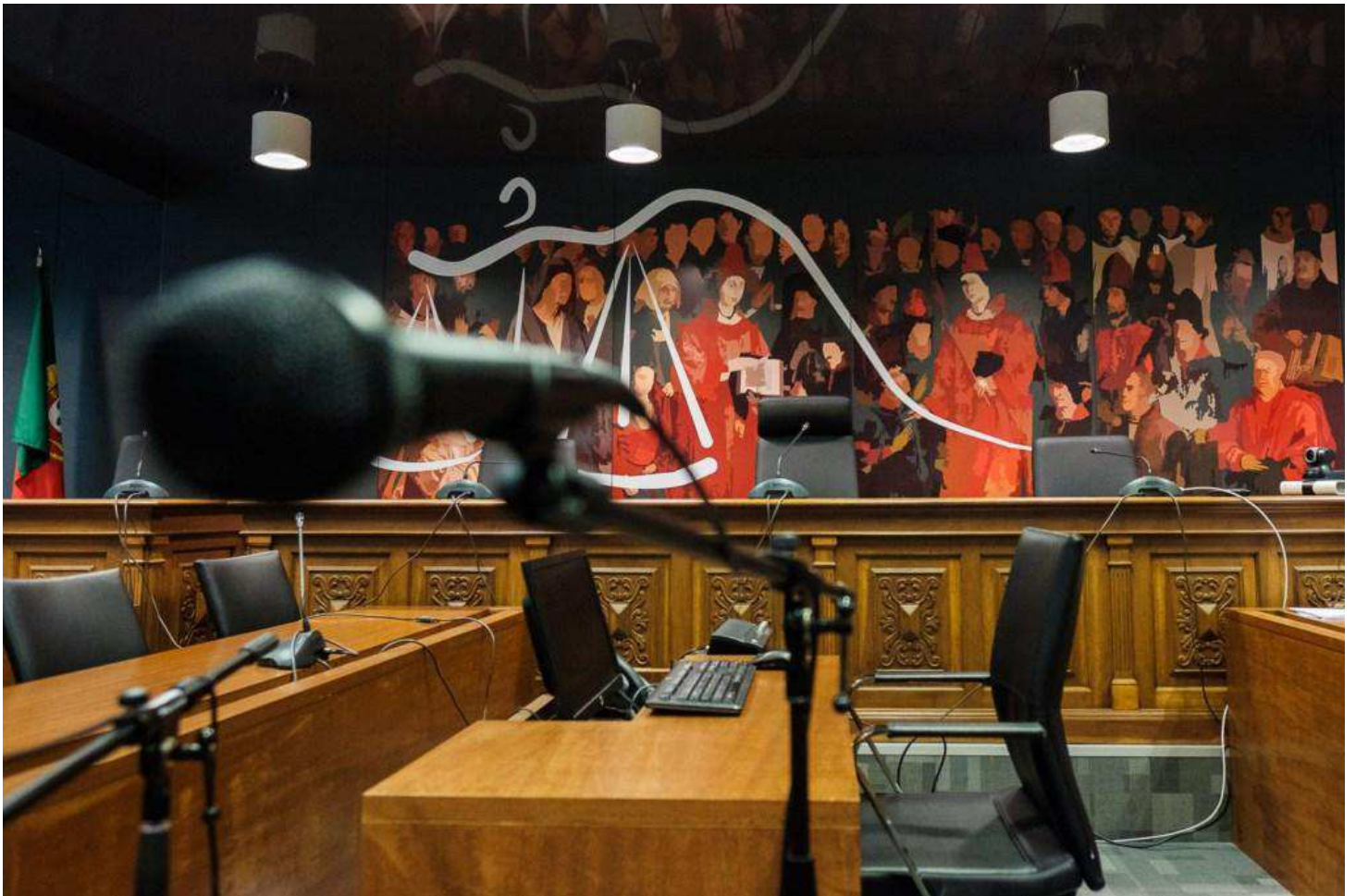
JUSTIÇA

Assédio laboral: “As mulheres na magistratura são um problema, porque têm filhos”

Investigação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra revela assédio laboral e condições de trabalho inaceitáveis nos tribunais.

Ana Henriques

21 de Outubro de 2021, 17:45



RICARDO LOPES

O episódio foi relatado por uma juíza em início de carreira durante um inquérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Eram 18h30 de mais um dia de trabalho e a jovem magistrada precisava de se ir embora. Dirigiu-se ao seu director de

estágio: “Senhor doutor, eu tenho que me ir embora porque a creche do meu filho vai fechar e eu tenho a viagem para Coimbra para fazer.”

A resposta do superior hierárquico chegou pronta: “As mulheres na magistratura são um problema porque têm filhos, e há muitas licenças, e depois não há juízes para as substituir.”

A dimensão do assédio laboral na magistratura foi um dos aspectos que espantou os autores de um estudo que aquele centro de estudos fez sobre as condições de trabalho nos tribunais portugueses, e cujas conclusões preliminares foram apresentadas esta quinta-feira em Beja, no encontro anual do Conselho Superior da Magistratura.

Baseada em 73 entrevistas e mais de 1700 questionários a juízes, procuradores e funcionários judiciais, a investigação concluiu que existe um valor elevado de discriminação profissional no universo dos tribunais portugueses, o que pode, no caso dos juízes, comprometer a sua independência. E se são poucas as queixas por assédio sexual, já o assédio moral “mostra um contexto laboral preocupante, em especial para oficiais de justiça”.

“A forma como são tratados é má, sofrem bastante”, observou um dos juízes inquiridos. “Acho que os oficiais de justiça são ainda mais prejudicados em termos de discriminação.”

Feito entre o ano passado e este ano, o estudo está em fase de conclusão. “Vemos magistradas a trabalhar enquanto estão de licença de maternidade. Não é normal”, avisou um dos autores da investigação, João Paulo Dias, para quem o sistema judicial nem sempre acautela os direitos de quem nele trabalha. Que deixou outros exemplos de casos em que o excesso de trabalho é “naturalizado” por quem trabalha nos tribunais: “O magistrado que tem o filho hospitalizado e leva uma mala com os processos para o hospital. Está errado. Ou o caso do oficial de justiça que acha normal trabalhar com mais sete colegas num espaço de 20 metros quadrados. Também não é normal, tal como não o é levar trabalho para casa ao fim-de-semana.”

Para o investigador, por muito que os sinais de *burnout* ainda não tenham chegado ao alerta vermelho nestas classes de profissionais, os sinais de que isso possa vir a acontecer são já preocupantes. Por isso, o excesso de trabalho deve ser combatido. Não só com medidas, mas também ao nível do discurso oficial.

Uma juíza de Lisboa contou aos autores do estudo o dia-a-dia das colegas: “O que eu vejo nas minhas colegas é um esforço brutal de sair daqui [do tribunal] a horas decentes. Por exemplo, sair daqui por volta das cinco e meia, seis, ir a correr buscar os miúdos à escola

ou levá-los para casa e dar-lhes de jantar, metê-los na cama e, depois, começar a trabalhar. Ou então, se nesse dia a pessoa está completamente estoirada, no dia a seguir tem que se levantar às cinco da manhã e começar a trabalhar.”